



**Prefeitura Municipal de Marco**  
Estado do Ceará

**MENSAGEM Nº \_\_\_\_\_, DE 12 DE JANEIRO DE 2026.**

**Senhora Presidente,**

**Senhores Vereadores,**

Com os meus mais cordiais cumprimentos, submeto à apreciação e deliberação dessa Casa Legislativa o anexo Projeto de Lei, que tem por objeto instituir o Regulamento Disciplinar Interno da Guarda Civil Municipal de Marco (GCMM). Esta propositura é um passo fundamental para consolidar a estrutura de nossa corporação, garantindo a legalidade, a moralidade e a eficiência de suas ações, em conformidade com os princípios que regem a Administração Pública.

A Guarda Civil Municipal de Marco, reestruturada e fortalecida por legislações recentes, como as Leis Municipais nº 404/2022 e nº 528/2024, que criou a Corregedoria e a Ouvidoria, carece de um código disciplinar próprio, claro e objetivo. A ausência de um regulamento específico gera insegurança jurídica tanto para a gestão quanto para os próprios agentes, que necessitam de diretrizes precisas sobre seus deveres, direitos e as consequências de eventuais desvios de conduta. A hierarquia e a disciplina, pilares de qualquer corporação de segurança, devem ser sustentadas por um arcabouço normativo robusto e transparente.

O presente Projeto de Lei foi elaborado tomando como base o exitoso modelo adotado pelo Município de Fortaleza, por meio de sua Lei Complementar nº 0037/2007, devidamente adaptado à realidade e à estrutura administrativa de Marco. A proposta define os deveres dos servidores, tipifica as infrações disciplinares em leves, médias e graves, e estabelece as sanções correspondentes, que vão desde a advertência até a demissão, assegurando sempre o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa.

A instituição deste Regulamento Disciplinar Interno não apenas atende a uma necessidade administrativa, mas também cumpre as diretrizes da Lei Federal nº 13.022/2014 (Estatuto Geral das Guardas Municipais), que prevê a existência de



**Prefeitura Municipal de Marco**  
Estado do Ceará

---

mecanismos de controle interno e externo. Ao normatizar os procedimentos para apuração de infrações, o projeto fortalece a atuação da Corregedoria da GCMM, conferindo-lhe os instrumentos necessários para exercer sua função fiscalizatória com eficácia e imparcialidade.

Dessa forma, a aprovação desta matéria é essencial para a profissionalização da Guarda Civil Municipal de Marco, para o fortalecimento de sua imagem perante a comunidade e para a garantia de que seus membros atuarão sempre pautados pela ética, pelo respeito aos direitos humanos e pelo estrito cumprimento da lei.

Paço da Prefeitura Municipal de Marco, aos 12 de janeiro de 2026.

**Francisco Rogério Osterno Aguiar Neto**  
Prefeito Municipal



**Prefeitura Municipal de Marco**  
Estado do Ceará

**PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_, DE 12 DE JANEIRO DE 2026.**

**INSTITUI O REGULAMENTO DISCIPLINAR INTERNO DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE MARCO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MARCO**, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais e em consonância com a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Marco aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

**TÍTULO I**  
**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º.** O Regulamento Disciplinar dos Servidores da Guarda Civil Municipal de Marco (GCMM), instituído por esta Lei, tem a finalidade de definir os deveres, tipificar as infrações disciplinares, regular as sanções administrativas, os procedimentos processuais correspondentes, os recursos, o comportamento e as recompensas aos referidos servidores.

**Art. 2º.** Este regulamento aplica-se a todos os servidores pertencentes ao efetivo da Guarda Civil Municipal de Marco, incluindo-se os ocupantes de funções gratificadas e cargos em comissão no âmbito da instituição.

**TÍTULO II**  
**DISPOSIÇÕES GERAIS**

**CAPÍTULO I**  
**DA HIERARQUIA E DA DISCIPLINA**

**Art. 3º.** A hierarquia e a disciplina são a base institucional da Guarda Civil Municipal de Marco, sendo a hierarquia a ordenação de autoridade, em níveis diferentes de uma escala, existindo superiores e subordinados; e a disciplina, a rigorosa observância e acatamento das leis, regulamentos, decretos e demais disposições legais, traduzindo-se pelo voluntário e adequado cumprimento do dever funcional.

**Art. 4º.** São princípios norteadores da disciplina e da hierarquia da Guarda Civil Municipal de Marco:

- I - o respeito à dignidade humana;
- II - o respeito à cidadania;
- III - o respeito à justiça;
- IV - o respeito à legalidade democrática;
- V - o respeito à coisa pública.



## **Prefeitura Municipal de Marco**

### **Estado do Ceará**

**Art. 5º.** São superiores em razão do cargo, nessa ordem:

- I - Chefe do Poder Executivo Municipal;
- II - Chefe de Gabinete ou titular da pasta a quem estiverem vinculados;
- III - Comandante-Geral da Guarda Civil Municipal de Marco;
- IV - Subcomandante-Geral da Guarda Civil Municipal de Marco; e
- V - Corregedor/Ouvidor da Guarda Civil Municipal de Marco.

**Art. 6º.** As ordens legais devem ser prontamente executadas, cabendo responsabilidade à autoridade que as determinar.

**§ 1º.** A hierarquia confere ao superior o poder de transmitir ordens, de fiscalizar e de rever decisões em relação ao subordinado.

**§ 2º.** Os integrantes da Guarda Civil Municipal de Marco serão subordinados à disciplina básica da corporação, onde quer que exerçam suas atividades, sujeitando-se também às normas dos órgãos onde desenvolvam suas atividades, desde que estas não conflitem com as da instituição.

**§ 3º.** No caso de dúvida acerca dos procedimentos a serem adotados nas ações práticas, será assegurado o esclarecimento ao subordinado.

**Art. 7º.** Todo servidor da Guarda Civil Municipal de Marco que se deparar com ato contrário à disciplina da instituição deverá adotar medida saneadora.

**Parágrafo único.** Se detentor de hierarquia sobre o infrator, o servidor deverá adotar as providências cabíveis pessoalmente; se subordinado, deverá comunicar às autoridades competentes.

**Art. 8º.** A precedência hierárquica, salvo nos casos a que se refere o art. 5º desta Lei, é regulada pelas funções e cargos ocupados, conforme estrutura definida em lei e regulamento.

**Art. 9º.** Na igualdade de cargos, terá precedência hierárquica:

- I - o servidor mais antigo no cargo;
- II - o servidor mais antigo na Guarda Civil Municipal de Marco;
- III - o servidor com maior idade.

**Art. 10.** São deveres do servidor da Guarda Civil Municipal de Marco, além dos demais elencados neste regulamento e na legislação aplicável:

- I - ser assíduo e pontual;



## **Prefeitura Municipal de Marco**

### **Estado do Ceará**

- II - cumprir as ordens superiores, representando quando forem manifestamente ilegais;
- III - desempenhar com zelo e presteza os trabalhos de que for incumbido;
- IV - guardar sigilo sobre os assuntos da administração;
- V - tratar com urbanidade os companheiros de trabalho e o público em geral;
- VI - manter sempre atualizada sua declaração de família, de residência e de domicílio;
- VII - zelar pela economia do material do Município e pela conservação do que for confiado à sua guarda e utilização;
- VIII - proceder, pública e particularmente, de forma que dignifique a função pública;
- IX - cooperar e manter o espírito de solidariedade e camaradagem com os companheiros de trabalho;
- X - estar em dia com as leis, regulamentos, instruções e ordens de serviço que digam respeito às suas funções;
- XI - prestar continência a seu superior hierárquico;
- XII - comparecer convenientemente trajado em serviço e com o uniforme determinado para a ocasião;
- XIII - zelar pela boa apresentação individual.

**Parágrafo único.** Fazem parte da boa apresentação individual a barba e cabelos cortados, unhas aparadas e, para o efetivo feminino, os cabelos curtos ou presos segundo os tipos prescritos, sendo permitido o uso de brincos discretos e maquiagem leve.

## **CAPÍTULO II**

### **DO USO DO UNIFORME**

**Art. 11.** O uso correto dos uniformes é fator primordial na boa apresentação individual e coletiva do quadro de pessoal da Guarda Civil Municipal de Marco, contribuindo para o fortalecimento da disciplina e da imagem da instituição perante a opinião pública.

**§ 1º** É obrigatório o uso do uniforme limpo e completo pelo efetivo da Guarda Civil Municipal de Marco, quando em serviço, salvo por exigência do serviço prestado com a devida autorização do Comando.

**§ 2º** Os servidores de carreira, quando investidos em funções gratificadas ou cargos de comissão, poderão usar o uniforme, dentro da conveniência de suas atividades ou por determinação do Comando.



## **Prefeitura Municipal de Marco**

### **Estado do Ceará**

**Art. 12.** É vedado ao efetivo da Guarda Civil Municipal de Marco o uso do uniforme quando:

I - não mais pertencer à corporação;

II - passar para a inatividade;

III - praticar atos de incontinência pública e escandalosa, vícios, jogos proibidos ou embriaguez habitual;

IV - estiver disciplinarmente afastado do cargo;

V - estiver à disposição de outros órgãos, com ou sem ônus para a origem, exceto nos casos previstos em convênios;

VI - estiver em gozo de férias ou licenças;

VII - estiver afastado de suas funções para trato de interesse particular, para concorrer ou desempenhar mandato eletivo ou de representação sindical;

VIII - participar de manifestações de caráter político-partidário.

### **CAPÍTULO III**

#### **DA CONTINÊNCIA**

**Art. 13.** Os servidores da Guarda Civil Municipal de Marco manifestarão respeito e apreço aos seus superiores, pares e subordinados através da continência, observando a hierarquia e o caráter impessoal do ato, que visa à autoridade e não à pessoa.

**Art. 14.** Têm direito à continência as Bandeiras e os Hinos Nacional, Estadual e Municipal, o Chefe do Poder Executivo Municipal e os superiores hierárquicos, nos termos deste regulamento.

### **CAPÍTULO IV**

#### **DO COMPORTAMENTO DO SERVIDOR**

**Art. 15.** Ao ingressar na Guarda Civil Municipal de Marco, o servidor será classificado no comportamento "bom".

**Art. 16.** Para fins disciplinares e para os demais efeitos legais, o comportamento do servidor da Guarda Civil Municipal de Marco será considerado:

I - excelente: quando no período de 4 (quatro) anos não tiver sofrido qualquer punição;

II - bom: quando no período de 3 (três) anos não tiver sofrido pena de suspensão;

III - insuficiente: quando no período de 2 (dois) anos tiver sofrido até 2 (duas) suspensões;

IV - ruim: quando no período de 1 (um) ano tiver sofrido o somatório de mais de 15 (quinze) dias de suspensão.



## **Prefeitura Municipal de Marco**

### **Estado do Ceará**

§ 1º Para a classificação de comportamento, 2 (duas) advertências equivalerão a 1 (uma) suspensão.

§ 2º A avaliação do comportamento dar-se-á anualmente através de portaria do Comandante da Guarda Civil Municipal de Marco, de acordo com os critérios estabelecidos neste artigo e com base em relatório da Corregedoria.

§ 3º A contagem de tempo para a melhoria de comportamento começará a partir da data em que se encerrar o cumprimento da punição.

### **CAPÍTULO V**

#### **DAS RECOMPENSAS**

**Art. 17.** As recompensas constituem-se em reconhecimento aos bons serviços, atos meritórios e trabalhos relevantes prestados pelo servidor.

**Art. 18.** São recompensas da Guarda Civil Municipal de Marco:

I - condecorações por serviços prestados;

II - elogios.

**Parágrafo único.** As recompensas serão conferidas por determinação do Comandante da Guarda Civil Municipal de Marco, com a devida publicidade e registro na pasta funcional do servidor.

### **CAPÍTULO VI**

#### **DO DIREITO DE PETIÇÃO**

**Art. 19.** É assegurado ao servidor da Guarda Civil Municipal de Marco o direito de requerer ou representar, quando se julgar prejudicado por ato ilegal praticado por superior hierárquico, desde que o faça dentro das normas de urbanidade e encaminhe o pedido à Ouvidoria da instituição.

### **TÍTULO III**

#### **DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES DISCIPLINARES**

#### **CAPÍTULO I**

##### **DA DEFINIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS INFRAÇÕES DISCIPLINARES**

**Art. 20.** Infração disciplinar é toda violação aos deveres funcionais, aos princípios éticos e norteadores da conduta dos integrantes da Guarda Civil Municipal de Marco, manifestada por ação ou omissão, contrária aos preceitos desta Lei e da legislação em vigor, sem prejuízo das sanções de natureza cível ou penal.





**Prefeitura Municipal de Marco**  
Estado do Ceará

**Art. 21.** As infrações, quanto à sua natureza, classificam-se em:

- I - leves;
- II - médias;
- III - graves.

**Art. 22.** São infrações disciplinares de natureza leve:

- I - chegar atrasado, sem justo motivo, a ato ou ao posto de serviço;
- II - permutar serviço sem permissão da autoridade competente;
- III - deixar de usar uniforme, ou usá-lo incompleto, contrariando as normas respectivas;
- IV - descurar-se do asseio pessoal;
- V - negar-se a receber uniforme, equipamentos ou outros objetos que lhe sejam destinados;
- VI - conduzir veículo da instituição sem autorização;
- VII - fumar, estando de serviço, em locais proibidos;
- VIII - deixar de encaminhar documentos no prazo legal;
- IX - negar-se a prestar continência aos superiores.

**Art. 23.** São infrações disciplinares de natureza média:

- I - faltar ou ausentar-se do serviço sem motivo justificável;
- II - deixar de comunicar ao superior informação sobre perturbação da ordem pública;
- III - encaminhar comunicação de infração disciplinar inexistente ou sem fundamento;
- IV - desempenhar inadequadamente suas funções por falta de atenção;
- V - afastar-se, sem justo motivo, do local de serviço;
- VI - deixar de apresentar-se, nos prazos estabelecidos, sem motivo justificado, nos locais em que deva comparecer;
- VII - representar a instituição sem autorização;
- VIII - sobrepor ao uniforme insígnias de sociedades particulares, entidades religiosas ou políticas;
- IX - dirigir veículo da GCMM em desobediência às normas de trânsito, salvo em emergência e no estrito cumprimento do dever;
- X - ofender a moral e os bons costumes por meio de atos, palavras ou gestos;
- XI - responder de modo desrespeitoso a servidor da GCMM ou a qualquer munícipe;
- XII - deixar de zelar pela economia e conservação do patrimônio público;
- XIII - coagir ou aliciar subordinados com objetivos político-partidários;
- XIV - retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto





## **Prefeitura Municipal de Marco**

### **Estado do Ceará**

da repartição;

XV - valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem.

**Art. 24.** As infrações disciplinares de natureza grave classificam-se em 4 (quatro) grupos.

**§ 1º** São infrações disciplinares do primeiro grupo:

I - deixar de assumir a responsabilidade por seus atos ou pelos atos de subordinado que agir em cumprimento de sua ordem;

II - permanecer uniformizado, não estando em serviço, em locais que possam comprometer a imagem da instituição;

III - deixar de comunicar a seu chefe imediato faltas graves ou crimes de que tenha conhecimento;

IV - ingerir bebida alcoólica estando uniformizado em serviço;

V - fornecer à imprensa informações que ultrapassem sua competência;

VI - exercer atividade incompatível com a função;

XV - apresentar-se publicamente em situação que denigra a imagem da instituição, em decorrência do consumo de bebidas alcoólicas, estando em serviço ou uniformizado;

XVI - fazer propaganda político-partidária nas dependências da GCMM ou uniformizado;

XVII - utilizar-se do anonimato para macular ou ferir pares, superiores ou subordinados;

XVIII - faltar com a verdade em depoimentos, relatórios e declarações;

XIX - abandonar o serviço para o qual tenha sido designado;

XX - usar expressões jocosas ou pejorativas que atentem contra a raça, a religião, o credo ou orientação sexual e cultural.

**§ 2º** São infrações disciplinares do segundo grupo:

I - ofender colegas com gestos, palavras ou escritos;

II - introduzir nas dependências da instituição material que atente contra a disciplina ou a moral;

III - praticar violência, em serviço ou em razão dele, contra servidores ou particulares, salvo em legítima defesa;

IV - deixar de providenciar para que seja garantida a integridade física de pessoas detidas ou sob sua guarda;

V - recusar-se a auxiliar autoridades públicas no exercício de suas funções;

VI - ofender, provocar ou desafiar autoridade ou servidor da GCMM com palavras, gestos ou ações;



## **Prefeitura Municipal de Marco**

### **Estado do Ceará**

VII - deixar de cumprir ou retardar serviço ou ordem legal, sem motivo justo;

VIII - aconselhar ou concorrer para o descumprimento de ordem legal;

IX - referir-se depreciativamente às ordens legais.

**§ 3º** São infrações disciplinares do terceiro grupo:

I - dar ordem ilegal ou claramente inexequível;

II - violar ou deixar de preservar local de crime;

III - ameaçar, induzir ou instigar alguém a prestar declarações falsas em procedimento administrativo ou judicial;

IV - trabalhar em estado de embriaguez ou sob efeito de substância entorpecente;

V - praticar atos obscenos em lugar público ou acessível ao público.

**§ 4º** São infrações disciplinares do quarto grupo:

I - extraviar, danificar ou subtrair, em benefício próprio ou de outrem, documentos de interesse da administração;

II - valer-se ou fazer uso de cargo ou função pública para praticar assédio sexual ou moral;

III - procurar a parte interessada em ocorrência para obtenção de vantagem indevida;

IV - acumular ilicitamente seu cargo público com qualquer outro;

V - não acatar ordem superior que importe prejuízos graves à administração pública ou a terceiros.

## **CAPÍTULO II**

### **DAS SANÇÕES DISCIPLINARES**

**Art. 25.** As sanções disciplinares aplicáveis aos servidores da Guarda Civil Municipal de Marco são:

I - advertência;

II - suspensão;

III - demissão;

IV - demissão a bem do serviço público;

V - destituição de função gratificada ou cargo em comissão.

**Parágrafo único.** Poderá ser aplicado, cumulativamente ou não com as sanções previstas neste artigo, o ressarcimento ao erário, na forma da legislação municipal.

**Art. 26.** A advertência será aplicada, por escrito, nos casos de infrações de natureza leve.

**Art. 27.** A suspensão, que não excederá 90 (noventa) dias, será aplicada em caso de reincidência em faltas punidas com advertência e nas infrações de natureza média e grave,



## **Prefeitura Municipal de Marco**

### **Estado do Ceará**

conforme a dosimetria prevista no artigo seguinte.

**Art. 28.** Para a aplicação das penas, observar-se-á a seguinte graduação:

- I - para as infrações leves: advertência na primeira ocorrência; suspensão de 1 (um) a 4 (quatro) dias nas reincidências;
- II - para as infrações médias: suspensão de 1 (um) a 15 (quinze) dias;
- III - para as infrações graves do primeiro grupo: suspensão de 3 (três) a 30 (trinta) dias;
- IV - para as infrações graves do segundo grupo: suspensão de 5 (cinco) a 60 (sessenta) dias;
- V - para as infrações graves do terceiro grupo: suspensão de 10 (dez) a 90 (noventa) dias;
- VI - para as infrações graves do quarto grupo: suspensão de 21 (vinte e um) a 90 (noventa) dias, ou demissão, a depender da gravidade e das consequências do ato.

**Art. 29.** A pena de demissão será aplicada nos casos de:

- I - crime contra a administração pública;
- II - abandono de cargo;
- III - inassiduidade habitual;
- IV - improbidade administrativa;
- V - ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa;
- VI - aplicação irregular de dinheiro público;
- VII - revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo;
- VIII - lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio municipal;
- IX - acumulação ilegal de cargos públicos, se comprovada a má-fé;
- X - reincidência em infrações graves que já ensejaram a aplicação da pena máxima de suspensão.

**Art. 30.** A pena de demissão a bem do serviço público será aplicada nos casos de:

- I - prática de atos atentatórios à vida e à integridade física de qualquer pessoa, salvo em legítima defesa;
- II - prática de crimes hediondos, tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, e terrorismo;
- III - lesão grave ao patrimônio ou aos cofres públicos com dolo;
- IV - recebimento ou solicitação de propinas ou vantagens de qualquer espécie, em razão da função;
- V - prática de insubordinação grave em serviço.



**Prefeitura Municipal de Marco**  
Estado do Ceará

**TÍTULO IV**  
**DO CONTROLE E DA APURAÇÃO DISCIPLINAR**

**Art. 31.** O controle disciplinar da Guarda Civil Municipal de Marco compreende o controle interno, exercido pela Corregedoria, e o controle externo, exercido pela Ouvidoria, órgãos criados e regulamentados pela Lei Municipal nº 528, de 21 de março de 2024.

**Art. 32.** À Corregedoria da Guarda Civil Municipal de Marco compete apurar, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, as infrações disciplinares atribuídas aos servidores da corporação, nos termos desta Lei e da legislação aplicável.

**Art. 33.** À Ouvidoria da Guarda Civil Municipal de Marco compete receber, examinar e encaminhar reclamações, sugestões, elogios e denúncias acerca da conduta dos integrantes da GCM, repassando os casos que configurem indício de infração disciplinar à Corregedoria para a devida apuração.

**Art. 34.** As competências, a estrutura e as atribuições específicas da Corregedoria e da Ouvidoria obedecerão ao disposto na Lei Municipal nº 528, de 21 de março de 2024, e em seu regimento interno.

**TÍTULO V**  
**DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR**

**Art. 35.** A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado a ampla defesa e o contraditório.

**Art. 36.** São modalidades de procedimentos disciplinares:

I - a sindicância;

II - o processo administrativo disciplinar (PAD).

**Art. 37.** A sindicância, de caráter investigatório, será instaurada por determinação do Comandante ou do Corregedor quando os fatos não estiverem definidos ou faltarem elementos indicativos da autoria.

**§ 1º** A sindicância deverá ser concluída no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, a critério da autoridade instauradora.

**§ 2º** Da sindicância poderá resultar:

I - arquivamento do processo;



## **Prefeitura Municipal de Marco**

### **Estado do Ceará**

II - aplicação de penalidade de advertência ou de suspensão de até 30 (trinta) dias;

III - instauração de processo administrativo disciplinar.

**Art. 38.** O processo administrativo disciplinar (PAD) será obrigatório quando a falta imputada, por sua natureza, possa implicar a aplicação das penas de suspensão por mais de 30 (trinta) dias, demissão, ou destituição de função.

**§ 1º** O PAD será conduzido por comissão composta por 3 (três) servidores estáveis, preferencialmente membro da Guarda Civil Municipal, designados pela autoridade competente.

**§ 2º** O prazo para a conclusão do PAD não excederá 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

**Art. 39.** As normas relativas ao rito e aos procedimentos da sindicância e do processo administrativo disciplinar observarão o disposto na Lei Complementar Municipal nº 001/2002 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Marco) e, subsidiariamente, as demais disposições do direito administrativo e processual.

**Art. 40.** A competência para aplicação das penalidades é:

I - do Comandante da Guarda Civil Municipal, nos casos de advertência e suspensão de até 30 (trinta) dias;

II - do Prefeito Municipal, nos casos de suspensão superior a 30 (trinta) dias e de demissão.

## **TÍTULO VI**

### **DOS RECURSOS E DA REVISÃO**

**Art. 41.** Das decisões proferidas em procedimentos disciplinares caberão:

I - pedido de reconsideração;

II - recurso hierárquico.

**Art. 42.** O prazo para interposição do pedido de reconsideração e do recurso hierárquico é de 15 (quinze) dias corridos, contados da publicação oficial do ato impugnado.

**Art. 43.** O processo disciplinar poderá ser revisto, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a absolvição do punido ou a inadequação da penalidade aplicada. A revisão será processada em apenso ao



**Prefeitura Municipal de Marco**  
Estado do Ceará

processo original.

**TÍTULO VII**  
**DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 44.** O cancelamento do registro da penalidade será concedido, mediante requerimento do interessado, ao servidor que não houver praticado nova infração disciplinar no período de:

- I - 3 (três) anos de efetivo exercício, se a sanção for de advertência;
- II - 5 (cinco) anos de efetivo exercício, se a sanção for de suspensão.

**Art. 45.** A ação disciplinar prescreverá:

- I - em 180 (cento e oitenta) dias, quanto às infrações puníveis com advertência;
- II - em 2 (dois) anos, quanto às infrações puníveis com suspensão;
- III - em 5 (cinco) anos, quanto às infrações puníveis com demissão.

**Parágrafo único.** O prazo de prescrição começa a correr da data em que o fato se tornou conhecido pela autoridade competente, e se interrompe pela instauração de sindicância ou processo administrativo disciplinar.

**Art. 46.** O Comandante da Guarda Civil Municipal poderá expedir portarias e instruções para a fiel execução desta Lei.

**Art. 47.** Aplicam-se subsidiariamente a esta Lei as disposições da Lei Complementar Municipal nº 001, de 21 de maio de 2002 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), e demais legislações pertinentes.

**Art. 48.** As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 49.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 50.** Revogam-se as disposições em contrário.

Paço da Prefeitura Municipal de Marco, Ceará, aos 12 de janeiro de 2026.

**Francisco Rogério Osterno Aguiar Neto**  
Prefeito Municipal